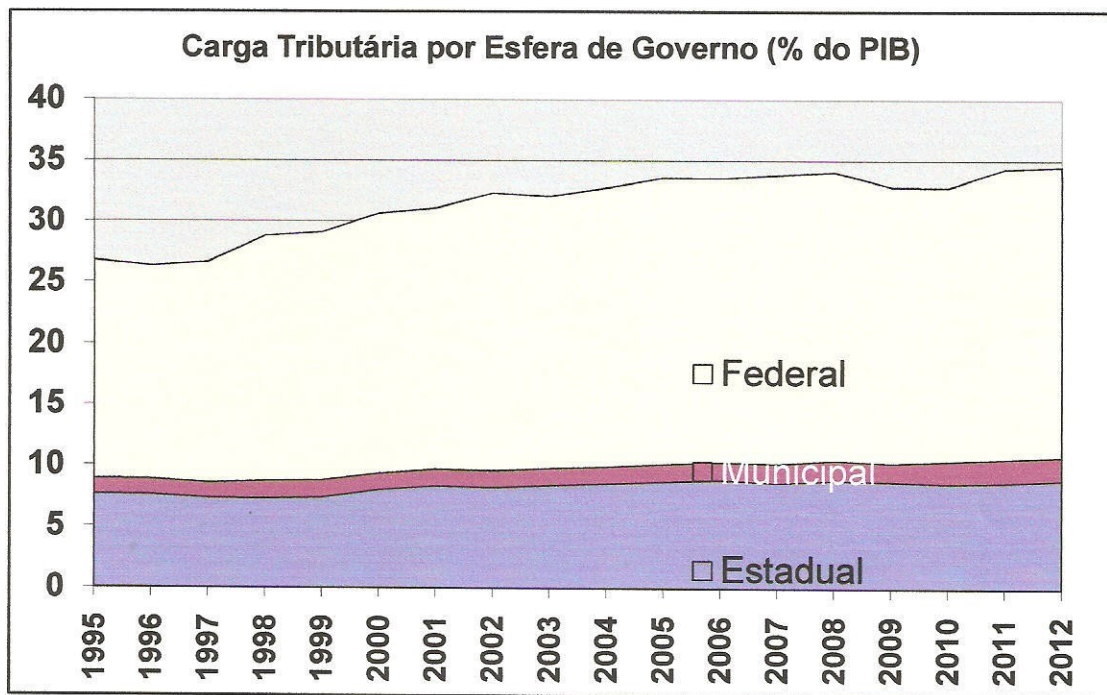




3. Revisão de aspectos da Política Tributária

O modelo tributário brasileiro se encontra desequilibrado, pois concentra a maior parte da arrecadação na esfera federal, conforme demonstrado no gráfico seguinte:



Fonte: Secretaria da Receita Federal e CONFAZ. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

A figura mostra o crescimento da carga tributária no período analisado, de 1995 a 2012, de 26 para quase 35% do PIB, sendo que esse crescimento se deu nos tributos arrecadados pela União, mantendo-se praticamente constantes a arrecadação estadual e municipal.

Nesse mesmo período, verificou-se a transferência de atribuições antes assumidas pela União, principalmente nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública, para estados e municípios.

Adicionalmente, foi exigida (por meio da Lei 9.496/1997 e Medida Provisória 2.192-70) a privatização do patrimônio dos estados – empresas e bancos estaduais – que lhes garantiam outras receitas e certa autonomia. Para complicar a situação, entes federados assumiram o passivo dos bancos estaduais (PROES), em refinanciamentos altamente onerosos que passaram a subtrair grandes somas de recursos regionais.

Evidentemente, a conta não fecha para estados e municípios que ficaram impossibilitados de atender às demandas sociais. E as atuais manifestações populares, em todo o País, apenas demonstram a insatisfação social face à ausência, ou insuficiência, de serviços públicos de qualidade.

Estamos, pois, diante de um problema complexo, porém, sua solução não é complicada, e passa necessariamente pelo respeito ao Federalismo, consagrado no art. 1º da Constituição Federal. No entanto, para isso, é necessário ajustar a distribuição da renda nacional entre os entes federados e, principalmente, enfrentar o problema do endividamento público.

Outra distorção gritante do modelo tributário está na composição dos tributos arrecadados: